

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Planalto Central - Sicredi Planalto Central

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Planalto Central - Sicredi Planalto Central
Cristalina/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Planalto Central - Sicredi Planalto Central (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Planalto Central - Sicredi Planalto Central em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Planalto Central - Sicredi Planalto Central, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Planalto Central - Sicredi Planalto Central
CNPJ/MF nº 10.736.214/0001-84

ATIVO		31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO		31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		620.660	458.382	CIRCULANTE		271.087	252.960
DISPONIBILIDADES	(NOTA 04)	12.095	7.257	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	110.267	110.033
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	1.636	-	Depósitos à Vista		83.286	73.599
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.636	-	Depósitos Interfinanceiros		13.181	30.825
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(NOTA 06)	72.387	-	Depósitos a Prazo		13.800	5.609
Carteira Própria		72.387	-	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		115.194	102.281
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		134.466	150.387	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		-	2
Correspondentes no país		223	-	Repasses Interfinanceiros	(NOTA 13)	115.194	102.279
Centralização Financeira - Cooperativas	(NOTA 04)	134.243	150.387	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		783	593
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	365.945	277.569	Recursos em Trânsito de Terceiros		783	593
Operações de Crédito		382.874	291.724	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 14)	3	-
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(16.929)	(14.155)	Empréstimos País - Outras Instituições		3	-
OUTROS CRÉDITOS		31.664	21.766	OUTRAS OBRIGAÇÕES		44.840	40.053
Créditos por Avais e Fianças Honrados	(NOTA 07)	342	181	Cobrança e Arrecadação de Tributos		285	119
Rendas a Receber		1.043	930	Sociais e Estatutárias		4.932	4.422
Diversos	(NOTA 07 e 08)	30.870	20.977	Fiscais e Previdenciárias		795	765
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(NOTA 07)	(591)	(322)	Diversas	(NOTA 15)	38.828	34.747
OUTROS VALORES E BENS	(NOTA 09)	2.467	1.403	NÃO CIRCULANTE		418.824	232.368
Outros Valores e Bens		2.480	1.401	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		418.824	232.368
(Provisão para desvalorização)		(78)	(96)	DEPÓSITOS	(NOTA 12)	402.989	228.530
Despesas Antecipadas		65	98	Depósitos Interfinanceiros		57.071	-
NÃO CIRCULANTE		187.344	116.804	Depósitos a Prazo		345.918	228.530
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		187.344	116.804	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	(NOTA 13)	10.910	3.538
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	(NOTA 05)	14.534	10.917	Repasses Interfinanceiros		10.910	3.538
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		14.534	10.917	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	(NOTA 14)	4.925	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(NOTA 07)	146.183	81.019	Empréstimos País - Outras Instituições		4.925	-
Operações de Crédito		155.703	90.042	OUTRAS OBRIGAÇÕES		-	300
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		(9.520)	(9.023)	Diversas		-	300
OUTROS CRÉDITOS	(NOTA 07 e 08)	3	2	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		118.093	89.858
Diversos		3	2	CAPITAL SOCIAL	(NOTA 17)	69.891	55.614
INVESTIMENTOS	(NOTA 10)	9.802	8.446	De Domiciliados no País		80.238	57.514
Outros Investimentos		9.802	8.446	(Capital a Realizar)		(10.347)	(1.900)
IMOBILIZADO DE USO	(NOTA 11)	14.737	14.247	RESERVAS DE SOBRAS		42.776	29.111
Imóveis de Uso		152	152	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		5.426	5.133
Outras Imobilizações de Uso		22.051	19.389	TOTAL DO ATIVO		808.004	575.186
(Depreciação acumulada)		(7.466)	(5.294)	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		808.004	575.186
INTANGÍVEL	(NOTA 11)	2.085	2.173				
Outros Ativos Intangíveis		3.675	3.275				
(Amortização acumulada)		(1.590)	(1.102)				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Planalto Central - Sicredi Planalto Central
CNPJ/MF nº 10.736.214/0001-84

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	(Não auditado) Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	50.869	2	50.871	91.033	10	91.043	73.432	1	73.433
Operações de Crédito	50.256	2	50.258	90.098	10	90.108	73.325	1	73.326
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	613	-	613	935	-	935	107	-	107
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(23.565)	(29)	(23.594)	(42.645)	(53)	(42.698)	(36.383)	(38)	(36.421)
Operações de Captação no Mercado	(10.214)	(28)	(10.242)	(19.287)	(53)	(19.340)	(13.584)	(38)	(13.622)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.783)	(1)	(3.784)	(7.038)	-	(7.038)	(9.319)	-	(9.319)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.568)	-	(9.568)	(16.320)	-	(16.320)	(13.480)	-	(13.480)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	27.304	(27)	27.277	48.388	(43)	48.345	37.049	(37)	37.012
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(15.150)	2.977	(12.173)	(26.687)	5.178	(21.509)	(22.525)	4.025	(18.500)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.230	5.887	9.117	6.514	11.008	17.522	5.307	8.673	13.980
Rendas de Tarifas Bancárias	3.791	-	3.791	6.872	-	6.872	5.491	-	5.491
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(11.350)	(1.067)	(12.417)	(21.235)	(2.030)	(23.265)	(17.792)	(1.491)	(19.283)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	(10.741)	(1.301)	(12.042)	(20.563)	(2.483)	(23.046)	(18.446)	(2.065)	(20.511)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(70)	(290)	(360)	(122)	(538)	(660)	(42)	(412)	(454)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 21)	7.338	268	7.606	14.934	181	15.115	14.004	19	14.023
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	(7.348)	(520)	(7.868)	(13.087)	(960)	(14.047)	(11.047)	(699)	(11.746)
RESULTADO OPERACIONAL	12.154	2.950	15.104	21.701	5.135	26.836	14.524	3.988	18.512
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	10	71	81	(16)	73	57	(202)	19	(183)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	12.164	3.021	15.185	21.685	5.208	26.893	14.322	4.007	18.329
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	211	211	-	(408)	(408)	-	(248)	(248)
Provisão para Imposto de Renda	-	138	138	-	(245)	(245)	-	(138)	(138)
Provisão para Contribuição Social	-	73	73	-	(163)	(163)	-	(110)	(110)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.523)	-	(1.523)	(2.700)	-	(2.700)	(2.855)	-	(2.855)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	10.641	3.232	13.873	18.985	4.800	23.785	11.467	3.759	15.226
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	4.800	(4.800)	-	3.759	(3.759)	-
REVERSÃO DE RESERVAS	-	-	-	-	-	-	2.500	-	2.500
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	10.641	3.232	13.873	23.785	-	23.785	17.726	-	17.726
DESTINAÇÕES	-	-	-	(18.359)	-	(18.359)	(12.593)	-	(12.593)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(3.689)	-	(3.689)	(3.062)	-	(3.062)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.005)	-	(1.005)	(733)	-	(733)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(12.057)	-	(12.057)	(8.798)	-	(8.798)
Reserva de Expansão	-	-	-	(1.608)	-	(1.608)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	5.426	-	5.426	5.133	-	5.133

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Planalto Central - Sicredi Planalto Central

CNPJ/MF nº 10.736.214/0001-84

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	44.874	20.313	2.500	-	4.192	71.879
Destinação resultado exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados	2.055	-	-	-	(4.092)	(2.037)
Destinações para reservas	-	-	-	46	(46)	-
Outras destinações	-	-	-	-	(54)	(54)
Capital de associados						
Aumento de capital	9.751	-	-	-	-	9.751
Baixas de capital	(3.974)	-	-	-	-	(3.974)
Reversões de reservas	-	-	(2.500)	(46)	2.500	(46)
Resultado do período	-	-	-	-	15.226	15.226
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(733)	(733)
Reserva Legal - Estatutária	-	8.798	-	-	(8.798)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.908	-	-	-	(3.062)	(154)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	55.614	29.111	-	-	5.133	89.858
Mutações do Período	10.740	8.798	(2.500)	-	941	17.979
Saldos no início do período em 01/01/2019	55.614	29.111	-	-	5.133	89.858
Destinação resultado exercício anterior						
Distribuição de sobras para associados	2.473	-	-	-	(4.937)	(2.464)
Outras destinações	-	-	-	-	(63)	(63)
Fundo Social	-	-	-	-	(133)	(133)
Capital de associados						
Aumento de capital	11.412	-	-	-	-	11.412
Baixas de capital	(3.127)	-	-	-	-	(3.127)
Resultado do período	-	-	-	-	23.785	23.785
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(1.005)	(1.005)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.057	-	-	(12.057)	-
Reserva de Expansão	-	-	1.608	-	(1.608)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.519	-	-	-	(3.689)	(170)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	69.891	41.168	1.608	-	5.426	118.093
Mutações do Período	14.277	12.057	1.608	-	293	28.235
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	62.319	29.111	-	-	9.912	101.342
Capital de associados						
Aumento de capital	5.960	-	-	-	-	5.960
Baixas de capital	(1.907)	-	-	-	-	(1.907)
Resultado do período	-	-	-	-	13.873	13.873
Destinações						
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	-	(1.005)	(1.005)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.057	-	-	(12.057)	-
Reserva de Expansão	-	-	1.608	-	(1.608)	-
Juros sobre o Capital Próprio	3.519	-	-	-	(3.689)	(170)
Saldos no fim do período em 31/12/2019	69.891	41.168	1.608	-	5.426	118.093
Mutações do Período	7.572	12.057	1.608	-	(4.486)	16.751

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Planalto Central - Sicredi Planalto Central
CNPJ/MF nº 10.736.214/0001-84

	01/01/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	18.701	29.399	24.426
Resultado do semestre/exercício	13.873	23.785	15.226
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	4.828	5.614	9.200
Provisão para operações de crédito	4.089	3.271	7.334
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(20)	(18)	34
Provisão para desvalorização de outros créditos	202	269	45
Depreciação do imobilizado de uso	1.177	2.243	1.891
Amortização do intangível	256	488	387
Baixas do ativo permanente	22	62	208
Provisão para passivos contingentes	141	269	23
Destinações ao FATES	(1.005)	(1.005)	(733)
Dividendos SicrediPar	(34)	35	11
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(79.512)	(41.609)	25.712
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(9.040)	(5.252)	(10.808)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(72.387)	(72.387)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	7.427	-	1
Redução em créditos vinculados	-	-	35
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(72)	(223)	78
(Aumento) em operações de crédito	(106.771)	(156.811)	(76.055)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	27.869	20.285	6.365
(Aumento) em outros créditos	(5.263)	(10.203)	(8.523)
(Aumento) em outros valores e bens	(340)	(1.047)	(255)
Aumento em depósitos	62.475	174.693	118.207
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(86)	190	(350)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	4.928	4.928	(12.045)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(295)	(607)	(672)
Aumento em outras obrigações	12.043	4.825	9.734
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(60.811)	(12.210)	50.138
Aquisição de Investimentos	(1.356)	(1.356)	(14)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.674)	(2.795)	(4.813)
Aplicações no Intangível	(139)	(400)	(1.138)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.169)	(4.551)	(5.965)
Integralização de capital	5.960	11.412	9.751
Baixa de capital	(1.907)	(3.127)	(3.974)
Reversões de reservas	-	-	(46)
Juros ao capital próprio	(170)	(170)	(154)
Distribuição de Sobras	-	(2.660)	(2.091)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	3.883	5.455	3.486
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(60.097)	(11.306)	47.659
Caixa e equivalente de caixa no início do período	206.435	157.644	109.985
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	146.338	146.338	157.644

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Planalto Central - Sicredi Planalto Central ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 02/07/2008 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 30 de Janeiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	12.095	7.257
Caixa	12.095	7.257
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	134.243	150.387
Total	146.338	157.644

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.636	-
DI entre Banco e Cooperativas	1.636	-
Total circulante	1.636	-

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	14.534	10.917
DI entre Banco e Cooperativas	14.534	10.800
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	117
Total não circulante	14.534	10.917

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa	972	-
Cotas de Fundos Multimercado	71.415	-
Total circulante	72.387	-

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	259.177	127.433	386.610	258.182
Financiamentos	13.945	17.864	31.809	12.673
Financiamentos rurais e agroindustriais	109.752	10.406	120.158	110.911
Carteira total	382.874	155.703	538.577	381.766

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	342	-	342	181
Títulos e créditos a receber (i)	27.366	3	27.369	16.435
Total	27.708	3	27.711	16.616

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Crédito	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	208	-	-	-
Nível A	0,50	154.844	110.628	774	553
Nível B	1,00	236.466	167.027	2.366	1.670
Nível C	3,00	118.395	82.501	3.552	2.476
Nível D	10,00	25.160	10.125	2.516	1.013
Nível E	30,00	16.026	12.546	4.808	3.764
Nível F	50,00	2.060	2.094	1.030	1.047
Nível G	70,00	3.782	1.612	2.647	1.128
Nível H	100,00	9.347	11.849	9.347	11.849
Total		566.288	398.382	27.040	23.500

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019				Total da Carteira	2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	6.440	59.848	154.732	100.008	321.028	213.633
Rural	167	4.695	104.890	10.406	120.158	110.911
Industrial	176	642	942	739	2.499	2.873
Comércio	1.924	15.536	20.558	20.329	58.347	37.605
Outros Serviços	1.665	16.133	22.234	24.224	64.256	33.360
Total	10.372	96.854	303.356	155.706	566.288	398.382

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	56.161	9,92	37.505	9,41
50 devedores seguintes	128.256	22,65	93.359	23,43
100 devedores seguintes	110.529	19,52	89.935	22,58
Demais	271.342	47,91	177.583	44,58
Total	566.288	100	398.382	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	23.500	16.121
Constituição de provisão	16.320	13.480
Movimentação de baixados para prejuízo	(12.780)	(6.101)
Saldo final	27.040	23.500

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 4.806 (2018 - R\$ 3.865), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 19.455 (2018 - R\$ 8.096).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	67	84
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	2.069	1.566
Devedores por depósitos em garantia	237	130
Impostos e contribuições a compensar	192	593
Títulos e créditos a receber (ii)	27.366	16.433
Operações com cartões	331	476
Pendências a regularizar	454	302
Outros	154	1.393
Total Circulante	30.870	20.977
Títulos e créditos a receber	3	2
Total não circulante	3	2

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	2.480	1.401
Imóveis	1.945	1.401
Veículos e afins	60	-
Máquinas e equipamentos	475	-
Despesas antecipadas	65	98
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(78)	(96)
Total Circulante	2.467	1.403

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 78 (2018 - R\$ 96) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	4.493	4.140
Sicredi Participações S.A.	5.307	4.304
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	9.802	8.446

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	2.049.332 ON 4.261.157 PN	1.395.935 ON 2.908.291 PN	2 Quotas	2 Quotas	4.492.679 Quotas	4.140.227 Quotas
Percentual de participação	0,60%	0,49%	1,24%	1,24%	9,10%	9,33%
Capital social	969.491	880.597	164	164	49.391	44.357
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	52.149	46.954
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	92	163
Valor do investimento	5.307	4.304	2	2	4.493	4.140

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	22.203	(7.466)	14.737	14.247
Imobilizações em curso	-	1.101	-	1.101	1.606
Edificações	4%	152	(42)	110	116
Instalações	10%	11.835	(3.397)	8.438	7.642
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.834	(1.190)	2.644	2.492
Sistema de comunicação	10%	305	(97)	208	179
Sistema de processamento de dados	20%	3.937	(2.211)	1.726	1.679
Sistema de segurança	10%	809	(299)	510	533
Sistema de transporte	20%	230	(230)	-	-
Intangível (i)		3.675	(1.590)	2.085	2.173
Investimentos Confederação		3.675	(1.590)	2.085	2.173
Total		25.878	(9.056)	16.822	16.420

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	83.286	-	-	83.286	73.599
Depósitos Interfinanceiros	-	13.181	57.071	70.252	30.825
Depósitos a prazo	6.313	7.487	345.918	359.718	234.139
Total	89.599	20.668	402.989	513.256	338.563

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	103.621	94.360
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	103.621	94.360
Outros Recursos	11.573	7.919
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	11.573	7.919
Total circulante	115.194	102.279
Recursos do Crédito Rural	10.910	3.538
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	10.910	3.538
Total não circulante	10.910	3.538

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8% a.a. com vencimentos até 15/10/2023, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	3	-
Outras instituições	3	-
Total circulante	3	-
Empréstimos no País - outras instituições	4.925	-
Outras instituições	4.925	-
Total não circulante	4.925	-

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	3.821	11.561
Obrigações por convênios oficiais	4	5
Provisão para pagamentos a efetuar	2.594	2.082
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 16)	534	265
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.008	1.077
Principal dívida subordinada cooperados (ii)	306	8
Pendências a regularizar	268	62
Operações com cartões	26.534	16.609
Demais fornecedores	2.398	1.830
Credores diversos	1.361	1.248
Total circulante	38.828	34.747
Principal dívida subordinada cooperados (ii)	-	300
Total não circulante	-	300

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital refere-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em setembro de 2015 com vencimento em setembro de 2020 pela Cooperativa e associados.

NOTA 16 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	206	296	(124)	378
Cível	59	141	(44)	156
Total	265	437	(168)	534

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	378	206
Cível	Provável	156	59
Total		534	265

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 814; R\$ 266 (2018 - R\$ 190, R\$ 192), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	69.891	55.614
Total de associados	31.119	25.246

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 14.277 (2018 – R\$10.740), sendo R\$ 5.992 (2018 – R\$ 4.963) via integralização de resultados e R\$ 11.412 (2018 – R\$9.751), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 3.127 (2018 – R\$ 3.974).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,13% em Conta Capital, no montante de R\$ 3.689, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou 8% para a Reserva de Expansão.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	24.193	15.474
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(9.677)	(6.499)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	15	5
Provisão resgate de milhas cartão	(18)	(71)
Brindes e Doações	(10)	(5)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(17)	40
Receita com atos cooperativos	7.594	4.817
Juros sobre capital próprio	1.476	1.286
Prejuízo fiscal	191	119
Lucros e dividendos	14	35
Outros	24	25
Subtotal	9.269	6.251
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(408)	(248)

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	16.170	10.917
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	72.387	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	134.243	150.387
Outros Créditos - Rendas a receber	917	804
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	484	274
Investimentos (Nota 10)	9.802	8.446
Intangível (Nota 11)	2.085	2.173
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 12)	5.149	-
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	126.104	105.817
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	4.928	-
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	26.265	15.690
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	935	107
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	3.993	3.670
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 21)	11.024	10.107
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	2	-
Operações de Empréstimos e Repasses	7.038	9.319
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 20)	1.525	1.456
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 22)	7.540	5.978

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	143	0,17%	300
Depósitos a prazo	2.083	0,58%	2.309
Operações de crédito	7.104	1,32%	8.373

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	2.905	2.719

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	691	601
Despesa de aluguéis	4.120	3.267
Despesa de comunicação	1.133	1.116
Despesa de manutenção e conservação	1.487	1.373
Despesa de material	361	268
Despesa processamento dados	499	341
Despesa de promoções e relações públicas	1.857	1.923
Despesa de propaganda e publicidade	125	586
Despesa de seguro	246	276
Despesa de serviços do sistema financeiro	1.476	1.237
Despesa de serviços de terceiros	450	506
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.577	1.522
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.799	982
Despesa de serviços de transportes	1.105	1.095
Despesa de viagem	699	491
Despesa de depreciação e amortização	2.243	1.891
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	488	387
Outras despesas administrativas	2.690	2.649
Total	23.046	20.511

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	1.033	1.239
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	10.990	10.023
Reversão de provisões operacionais	2.250	1.912
Outras rendas operacionais	842	849
Total	15.115	14.023

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.931	1.710
Contribuições Cooperativistas	138	123
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.054	697
Contribuição Confederação Sicredi	5.279	4.362
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	1.129	1.001
Encargos da administração financeira	58	67
Repasse administradora de Cartões	246	227
Outras provisões operacionais	1.862	1.920
Despesas com cartões	1.522	1.103
Outras despesas operacionais	828	536
Total	14.047	11.746

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	83.215	79.802
Total	83.215	79.802

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	116.069	87.807
Nível I (NI)	116.008	87.684
Capital principal - CP	116.008	87.684
Capital social	69.891	55.614
Reservas de capital	42.776	29.111
Lucros acumulados	5.426	5.133
Ajustes Prudenciais	(2.085)	(2.173)
Nível II (NII)	61	123
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	61	123
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	674.868	529.714
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.909	1.705
Margem de Capital (i)	43.298	30.482
Índice de Basileia (PR / RWA)	17,20%	16,58%
Situação de Imobilização (Imob)	14.739	14.249
Índice de Imobilização (Imob / PR)	12,70%	16,23%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Pedro Jaime de Araujo Caldas
Presidente
CPF: 512.880.521-20

Flávio Henrique Colla Leite
Diretor de Operações
CPF: 004.032.401-07

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20